**PROCESSO**: **n º** 4701 - 4679/2016

**INTERESSADO:** IPASEAL – Gerência de Saúde

**Assunto:** Liberação de Pagamento de OPM.

Trata-se de **Processo Administrativo nº 4701 – 4679/2016**, em 01 (um) volume, com 12 (doze) fls., que versa sobre a solicitação de pagamento a empresa, **TM CIRÚRGICA**, no valor de R$8.130,00 (oito mil e cento e trinta reais), referente a despesas com OPM.

Os autos foram encaminhados a esta **Controladoria Geral do Estado – CGE** para análise final e parecer contábil conclusivo, atendendo ao que determina o Artigo 48 do Decreto Estadual nº 51.828/2017.

**1 - RELATÓRIO**

**I – PRELIMINARMENTE**

A análise dos autos nº 4701-4679/2016, restringiu-se a instrução do processo de despesa, **no que se refere ao cumprimento das fases da despesa pública, explicitado na Lei Federal nº 4.320/64, além da obediência aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.** Descreve-se a seguir o resultado do exame efetuado no referido processo:

**2 – DO EXAME DOS AUTOS**

Feitas as considerações PRELIMINARES acima expostas, passamos a analisar os aspectos que merecem relevo na aferição da *“análise e emissão de parecer técnico”,* conforme requerido pela Chefia de Gabinete (fls. 12).

2.1. Constata-se a solicitação de aquisição de OPM, datada de 152/08/2016, de lavra do Auditor Medico (fls. 02).

2.2. Observa-se que foram acostadas as guias de atendimento e internação do paciente (fls. 03/04).

2.3. Às fls. 05, observa-se a proposta do fornecedor TM CIRÚRGICA , no valor de R$8.130,00 (oito mil e cento e trinta reais). **Ressalte-se que foi observado documento com rasuras.**

2.4. Consta Autorização de Fornecimento do material pela empresa TM CIRÚRGICA, datada de 15/08/2016, de lavra do Auditor Médico (fls. 07).

2.5. Solicitação de providência de pagamento ao fornecedor, de lavra do Auditor Médico (fls. 09).

2.6. Verifica-se informações sobre a existência de dotação orçamentária (fls. 10).

2.7. Constata-se que o gestor do órgão acostou aos autos o Reconhecimento e a justificativa do não pagamento da Dívida pelo Gestor do Órgão como determina o Art. 48 do Decreto Estadual nº 51.868/17 (fls. 11).

2.8. Observa-se, que a despesa não encontra-se em conformidade com os Artigos 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/64.

2.9. Constata-se, que não foram acostadas as certidões de regularidade fiscal da empresa.

2.10. Observa-se que não encontra-se anexada aos autos a nota fiscal do(s) produto(s).

2.11. Não foi constatada a Justificativa do não cumprimento de pelo menos 03 (três) orçamentos do(s) produto(s) solicitados.

**É O RELATÓRIO.**

**3 - NO MÉRITO**

3.1. De toda a explanação e detalhamento dos autos, contidos no **“Exame dos Autos”** do presente parecer e considerando a urgência que circunstancia a contratação, trazemos à baila as seguintes considerações, quais sejam:

1. **NOTA DE EMPENHO** – Que o órgão realize a emissão da Nota de Empenho e liquidação no valor total de R$8.130,00 (oito mil reais e cento e trinta centavos)
2. **DO DOCUMENTO FISCAL** – Que seja emitida a devida Nota Fiscal do(s) produto(s), quando da emissão da Nota de Empenho e que seja **“atestada”** pelo Gestor do Órgão.
3. **DAS CERTIDÕES** – Quando do pagamento que as certidões referentes à regularidade fiscal sejam acostadas aos autos em atendimento à legislação pertinente.
4. **DA JUSTIFICATIVA** – Acostar ao processo a Justificativa no não cumprimento dos três orçamentos do(s) produto(s) necessários, conforme a Lei 8.666/93, artigo 26, parágrafo único, inciso III.
5. **ORÇAMENTO RASURADO** – Que seja acostado o orçamento do fornecedor, sem rasuras. O defeito vicia o documento e, para que a pública-forma seja expedida, faz-se necessário mostrá-lo na forma correta e transparente.

**4 - CONCLUSÃO**

Encaminhem-se os autos ao gabinete da Controladora Geral, para conhecimento da análise apresentada e providências, sugerindo a devolução dos autos ao Órgão de origem, para a solução da pendência processual apontada no subitem 3.1, item **“a”** a **“e”**, ato contínuo, que seja realizado o pagamento a empresa, **TM CIRÚRGICA**, no valor de R$8.130,00 (oito mil, cento e trinta reais).

Maceió, 22 de maio de 2017.

Flávio André Cavalcanti silva

**Assessor de Controle Interno/ Matrícula nº 109-0**

De acordo:

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9**